GABRIEL HOFFMAN SILVA

GABRIELLA KOJOL PAIVA

MARCELO NAKAMURA SAITO

RODRIGO CARVALHO

**Governo Aberto: participação social e tecnologia aplicadas à avaliação do ensino nas universidades públicas**

SÃO PAULO

2019

GABRIEL HOFFMANN

GABRIELLA KOJOL PAIVA

MARCELO NAKAMURA SAITO

RODRIGO CARVALHO

**Governo Aberto: participação social e tecnologia aplicadas à avaliação do ensino nas universidades públicas**

Trabalho realizado para obtenção de nota final na disciplina livre “ACH 3778 - Governo Aberto” ministrada na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo no segundo semestre de 2019.

Orientação: Profa. Dra. Gisele Craveiro

SÃO PAULO

2019

# Resumo

O presente trabalho irá realizar um estudo sobre o processo de avaliação de docentes universitários contextualizado pela iniciativa governo aberto que busca aumentar a transparência, accountability, inovação e participação social a fim de melhorar o processo de desenvolvimento social e econômico brasileiro. Partindo do contexto da abrangência da atuação do estado na sociedade com permanentes debates ideológicos traduzidos em disputas sobre o orçamento público e funcionamento da administração pública, o princípio da administração pública da eficiência ganha destaque, enquanto o descompasso entre uma sociedade rápida e tecnológica e governos morosos e burocráticos leva a uma percepção de insuficiência das instituições democráticas contemporâneas e de falta de representatividade da sociedade no Estado. Para suprir essa carência surgiu a iniciativa Governo Aberto, referência de direitos ao saber e à informação. Nosso foco está direcionado para as instituições de ensino superior, sendo o principal a Universidade de São Paulo, sendo um serviço público financiado pela sociedade, suas contribuições elevam índices de desenvolvimento econômico bem como de desenvolvimento humano, diretamente proporcional ao investimento público realizado. No entanto são entidades pouco receptivas ao controle social, pois a restrição ao acesso, a falta de apresentação de indicadores e transparência põe em xeque a integridade do sistema, além de seus indicadores de resultados serem fortemente relacionados à produção quantitativa de pesquisa científica, pouco levando em conta aspectos qualitativos ou as dimensões do ensino e da extensão. Portando é de grande pertinência o desenvolvimento de soluções institucionais, visando a melhoria dos serviços prestados pelas referidas instituições públicas. A partir disso buscamos desenvolver com base em hipóteses centradas nos docentes, pesquisa exploratória fundamentada em entrevistas; pesquisa bibliográfica e de mercado, assim como utilização de ferramentas para validação de modelos de negócio e hipóteses. Ao longo do trabalho reafirmamos hipóteses e confirmamos outras, no fim apontamos conclusões preliminares que envolvem a abrangência do tema proposto e o impacto de seus resultados, assim como um modelo ideal de avaliação e a utilidade dos dados gerados a partir das determinadas avaliações, como estratégias e possibilidade de integração e expansão com outros serviços.

Palavras-chave: Educação, avaliação, governo aberto, docentes.

# Sumário

[**Resumo**](#_5vkqrhowuslr) **2**

[**Sumário**](#_e1162fvs574b) **3**

[**1. Contextualização**](#_g030hke1rflo) **4**

[1.1 Estado liberal versus Estado de bem-estar](#_jqbuyqtsu3yh) 4

[1.2 Tecnologia e as relações entre sociedade e Estado](#_vu3ovu8l7zih) 5

[1.3 Iniciativa Governo Aberto](#_ttibc7hxb39l) 5

[1.4 A questão das universidades públicas](#_2dtawcg91e3s) 6

[1.5 A Universidade de São Paulo](#_yo99si7432kf) 7

[**2. Justificativa**](#_qa74ecbudtou) **8**

[**3. Hipóteses**](#_rg09yb6i1cp9) **9**

[**4. Objetivos**](#_w5kz77go5wu2) **9**

[**5. Método de pesquisa**](#_tz5qdim3jvze) **9**

[**6. Desenvolvimento**](#_fqyoynv1npeh) **11**

[6.1 Entrevistas](#_ec39sd20ctd4) 12

[6.2 Análises](#_1gjowrp7ttiq) 14

[6.3 Resultados](#_8wrux8bssyle) 18

[**7. Considerações finais**](#_z6btxfkbpja8) **21**

[**Referências**](#_k31wpoqyaing) **23**

[**Anexos**](#_9mvyn1u0mz2o) **26**

# 1. Contextualização

Neste capítulo, há uma contextualização geral sobre a importância do sistema educacional público – focado no caso da Universidade de São paulo – e sua eficiência, considerando e relacionando o cenário global, nacional e regional. Descrevemos as disputas ideológicas em jogo; as novas dinâmicas propostas pela tecnologia na relação sociedade-Estado; e as possibilidades dentro do conceito de Governo Aberto.

## 1.1 Estado liberal versus Estado de bem-estar

Há séculos, a abrangência da atuação do Estado na sociedade é um embate permanente nas sociedades democráticas ocidentais. Utilizando a acepção do sociólogo Zigmunt Bauman, podemos tentar sintetizar a disputa entre as ideologias liberais e comunitárias, representando, respectivamente, os Estados liberais e os Estados de bem-estar (BAUMAN, 1998). O embate do campo ideológico traduz-se em disputas sobre o orçamento público e o funcionamento da administração pública, sendo, grosso modo, os mais liberais defensores de menor intervenção possível, baseados na tendência à eficiência dos livre-mercados, enquanto comunitários buscam por uma ampla ação estatal, de modo a criar uma rede de segurança aos cidadãos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagra o estado de bem-estar, transformando direitos e garantias fundamentais em provisão obrigatória por parte do Estado, tais como os direitos à saúde, educação e assistência social (BRASIL, 1988). Não obstante a formalidade e legalidade de tais preceitos, as disputas sobre a interpretação dos meios e métodos para a consecução de tais garantias segue politicamente viva, haja vista a recente Emenda Constitucional nº 95 de 2016, conhecida como “teto dos gastos”, que limita o crescimento dos gastos públicos por 20 anos; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019, a Reforma da Previdência. Nesse mote, o princípio da administração pública da *eficiência* ganha destaque, independentemente da ideologia em questão. A escassez de recursos e os trade-offs decorrentes, máximas da ciência econômica, se fazem presentes ao se considerar a qualidade dos serviços públicos, nos quais fazer mais e melhor com menos possível se torna prioridade da gestão pública.

## 1.2 Tecnologia e as relações entre sociedade e Estado

O mal-estar das democracias representativas contemporâneas já é tema recorrente da ciência política contemporânea, entre autores renomados como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem,* David Runciman em *Como as democracias chegam ao fim,* e Sérgio Abranches em Presidencialismo de Coalizão (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2016; ABRANCHES, 2018). O descompasso entre uma sociedade rápida e tecnológica e governos morosos e burocráticos, leva a uma percepção de insuficiência das instituições democráticas criadas no ocidente após o advento do Iluminismo. O insucesso das políticas distributivas e redistributivas; a proliferação de contingentes à margem dos prometidos direitos; a questão tecnológica; e a corrosão de tradições são alguns dos principais temas abordados em comum por esses autores.

O levante de populistas associados à imagem da pós-política e do anti-establishment ao redor do mundo é a evidência empírica principal nessas análises, nas quais, a crise dos sistemas partidários tradicionais nos parece central. A percepção de falta de representatividade no Estado pela sociedade é a força motriz que correlaciona os citados eventos, sendo necessária atenção especial e a criação de novos mecanismos para preencher esta lacuna.

## 1.3 Iniciativa Governo Aberto

Uma das tentativas de suprir a referenciada carência é a iniciativa Governo Aberto. A idéia, ainda que primitiva da abertura dos governos remonta à era Iluminista, cujos filósofos contestaram a autoridade absoluta em favor das idéias liberais. Contemporaneamente, o termo Governo Aberto surge como referência aos direito de saber e à informação nos anos 1960, no contexto da *Freedom of Information Act.* A conceitualização do termo abrange as dimensões tecnológica e filosófica, que para Yu e Robinson apud Sampaio (2014):

O primeiro sugere que se usem máquinas para lidar com a informação de modo eficiente, incrementando a capacidade de processar tais dados para além dos limites manuais humanos. Filosoficamente, o termo sugere participação e engajamento dos indivíduos interessados que podem compartilhar e utilizar tais dados de maneira acessível e democrática, o que implica em uma certa cultura de participação e colaboração, além de inovação.

Ainda, estes autores defendem que ações visando o governo aberto e transparente não necessariamente implicam em uso de tecnologias e dados abertos, sendo o cerne da discussão os valores da participação, transparência e colaboração (YU, ROBINSON apud SAMPAIO, 2014).

Um dos movimentos mais relevantes é a Parceria Governo Aberto, que busca a difusão dos seus quatro princípios na práxis governamental, a saber, *transparência; tecnologia e inovação; participação social;* e *accountability.* O movimento que agrega governos, movimentos cívicos e cidadãos no fomento à democracia, contra as práticas não republicanas, e a favor de novos modos de operação das governanças públicas para o século XXI (BRASIL, 2011). Este projeto, segundo documento oficial da organização, e em convergência com a conjuntura exposta até o presente momento, reconhece a demanda por maior abertura governamental, prestação de contas e participação cidadã, pretende criar canais de interação mais eficientes e transparentes entre os diversos atores da sociedade e do governo, em busca de soluções para os problemas comuns (BRASIL, 2011).

## 1.4 A questão das universidades públicas

As externalidades positivas causadas pelo sistema de ensino superior são vastas e amplamente reconhecidas pela literatura (MANKIW, 2005). O desenvolvimento econômico bem como de índices de desenvolvimento humano e desigualdades sociais apresentam significativa melhora, diretamente proporcional ao investimento público realizado.

As universidades públicas fazem parte do rol de direitos assegurados pela Carta Magna, sob à égide do direito à educação. Logo, considerando ser um serviço público financiado pela sociedade, as prestações de contas dos resultados apresentados se faz necessária. No entanto, tratando-se de entidades da administração indireta, constituídas sob o formato de autarquias ou fundações públicas, tendem à um modelo endógeno e pouco receptivo ao controle social, à transparência e à prestação de contas. Ainda, a restrição ao acesso, a falta de apresentação de indicadores, resultados e transparência põe em xeque a integridade do sistema, que atualmente é fortemente contestado por diversos setores da sociedade e até mesmo do governo.

É importante observar que a condição de restrição orçamentária severa apresentada à partir de meados de 2013 e 2014 também corroboram para a pressão por maior eficiência do sistema educacional, bem como dos serviços públicos em geral. Nesse sentido, cabe considerar quais são os mecanismos de gestão interna e sua permeabilidade à participação cidadã para o aperfeiçoamento e controle dos mesmos.

## 1.5 A Universidade de São Paulo

Na Universidade de São Paulo (USP), a conjuntura converge à já referenciada neste trabalho. Nesse mote, fato notável é a atual Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), que segundo publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE), tem como objetivo “investigar irregularidades na gestão das universidades públicas no Estado de São Paulo, em especial quanto à utilização das verbas públicas repassadas a elas” (São Paulo, 2019). Diante dos cenários de restrição orçamentária e insatisfação em termos de representatividade, a instauração da CPI simboliza, em grande medida, os descontentamentos e mal-estares da sociedade com serviços e instituições públicas pouco abertas ao escrutínio público.

Internamente, a gestão da universidade é restrita às possibilidades notoriamente engessadas da burocracia estatal – no sentido weberiano –, sob a dominação legal constitucional. Assim, práticas lastreadas pela tradição e pelos regimentos pouco flexíveis se reproduzem, nem sempre gerando os melhores resultados possíveis. Observa-se, por exemplo, que o indicador a parametrizar resultados é fortemente relacionada à produção quantitativa de pesquisa científica, pouco levando em conta aspectos qualitativos ou as dimensões do ensino e da extensão. Na prática, a pressão top-down pouco ou nada tem relação com a dimensão do ensino, sendo critério primeiro para manutenção ou promoção do nível de carreira apenas a dimensão da produção científica. Sem surpresas, facilmente pode-se verificar as altas colocações em rankings internacionais relativos à produção acadêmica como o Centre for Science and Technology Studies Leiden Ranking (CWTS), no qual a USP situa-se na 8ª colocação em termos quantitativos, porém, em 775º em termos de relevância (CWTS, 2019). Ainda, em rankings nos quais verificam-se indicadores como qualidade de ensino (ambiente de aprendizagem, reputação, desempenho estudantil, número de professores com doutorado, docentes premiados e renda institucional); volume de publicações de pesquisa; citações em artigos científicos; projeção internacional (número de alunos e de professores estrangeiros); e troca de conhecimento com outras instituições, a USP encontra-se na faixa entre 251-300 (THE, 2019). Esta dinâmica certamente cria desincentivos à melhorias na dimensão do ensino dentro da USP em detrimento da pesquisa e da extensão, notadamente mais atrativas ao *Lattes.*

# 2. Justificativa

Considerando a importância das universidades públicas e do sistema educacional para o desenvolvimento social e econômico brasileiro; considerando as restrições financeiras do orçamento do Estado e a necessidade de eficiência dos serviços públicos; e considerando os princípios de Governo Aberto como diretrizes capazes de gerar alternativas para as novas dinâmicas e demandas entre sociedade e Estado, os autores do presente trabalho – pela experiência empírica de alunos da Universidade de São Paulo – julgam ser de grande pertinência o desenvolvimento de soluções institucionais apoiadas pela tecnologia, visando a melhoria dos serviços prestados pelas referidas instituições públicas.

# 3. Hipóteses

Na tentativa de criar e desenvolver uma solução tecnológica focada na qualidade do ensino da USP, após o desenvolvimento de uma dinâmica utilizando como referência o Canvas Modelo Empreendedorismo Social no Ministério Público no dia 21 de setembro de 2019, os autores do presente trabalho – no âmbito da disciplina de Governo Aberto –, desenvolveram as seguintes hipóteses:

* Há a necessidade de isonomia entre alunos e docentes. Haja vista a assimetria de poder entre esses dois atores, a ocorrência de abusos é comum e deve ser combatida;
* O ensino é prejudicado pelo foco na produção científica como indicador quantitativo de avaliação dos docentes, o que também prejudica o aspecto qualitativo da mesma;
* Os alunos, como usuários diretos do serviço público educacional proporcionado pela Universidade, devem participar de seu controle social;
* Deve-se criar um mecanismo de transparência para a sociedade sobre o serviço educacional prestado pela Universidade;
* A tecnologia pode ser a ferramenta principal na resolução destes problemas, uma vez que pode causar uma inflexão das práticas institucionais tradicionais rígidas da Universidade.

# 4. Objetivos

Validar as hipóteses apresentadas no capítulo anterior e desenvolver o protótipo de uma plataforma digital de avaliação, que vise a melhoria da qualidade do ensino da Universidade de São Paulo.

# 5. Método de pesquisa

Quanto ao método de pesquisa, foi utilizado a pesquisa documental para guiar nosso desenvolvimento. A pesquisa documental recorre frequentemente a fontes mais diversificadas e dispersas.

No nosso caso, pesquisamos e estudamos questionários desenvolvidos por universidades privadas e públicas para compreensão do segmento que estávamos pesquisando, além de artigos, metodologias, entrevistas e relatórios das próprias universidades e equipes desenvolvedoras dos questionários em questão.

Ao analisar tais questionários tratamos de observar pontos que consideramos relevantes, como quais espectros relacionados aos docentes que estavam sendo pesquisados, qual o grau de liberdade e expressão dos alunos ao responderem os questionários, entre outros.

Estudamos também metodologias como a da avaliação 360º, que nos ajudou muito para a compreensão do tamanho do problema que teremos adiante, e como poderíamos lidar com ele. Isso porque dentro da disciplina de Governo Aberto não teríamos tempo de realizar um estudo que abrangesse todo o escopo da avaliação 360º. Com isso chegamos ao escopo atual do trabalho que consiste em realizar uma avaliação dos docentes baseado na percepção dos discentes.

A pesquisa foi do tipo aplicada, ou seja, objetivou-se gerar conhecimentos para aplicação prática. No caso, construímos um questionário que carrega elementos da metodologia de avaliação 360° e dos questionários previamente analisados. Com isso buscamos construir algo que gerasse um valor para a sociedade e principalmente para a comunidade universitária como um todo.

Este questionário visa alimentar indicadores relevantes para a avaliação de docentes. A partir dele, esperamos conseguir levar os resultados adiante, uma vez que estes estariam organizados de forma que se consiga extrair informações relevantes a partir de muitos dados misturados e confusos.

Esta pesquisa foi feita nos moldes de uma pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Para isso fizemos diversas entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulam a compreensão do objeto de pesquisa.

Com relação às entrevistas, estas foram realizadas com pessoas que consideramos chaves para o desenvolvimento do projeto, elas são: Miguel Garay, representante do GAP EACH-USP (Grupo de Apoio Pedagógico da EACH-USP ); Gabriel Capela, criador do USP Avalia; Andresa Pellanda, coordenadora da Campanha Nacional pelo direito à educação e José Carlos Rothen, Professor do departamento de educação da UFSCar e pesquisador de história e avaliação da educação superior.

Por fim, a pesquisa foi do tipo qualitativa, visto que esta tentou compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos. Fizemos coletas de dados sem instrumentos formais e questionários rigidamente pré estabelecidos para as entrevistas o que nos possibilitou captar o contexto na totalidade e ir desenvolvendo nossas ideias com o passar do tempo que íamos nos aprofundando na pesquisa.

# 6. Desenvolvimento

A ideia inicial do trabalho partiu de uma demanda que foi debatida em sala, à partir de uma questão onde a avaliação de docentes, era algo bem escasso no meio institucional, assim gerou-se uma ideia do desenvolvimento de uma plataforma digital que fosse possível poder avaliar esses professores.

As hipóteses levantadas pelo grupo no início estavam ligadas à assimetria de poder, necessidade de isonomia, transparência para a sociedade, participação dos alunos na avaliação com tomadas de decisão voltadas ao ensino na sua universidade e tecnologia como instrumento de inflexão das práticas institucionais, essa questões levaram a uma discussão que estruturam o prosseguimento do projeto.

Esses conceitos puderam ser questionados e desenvolvidos durante a ida ao Ministério Público Federal (MPF), onde foi realizado uma oficina de ideação e o projeto pode ser pensado através do *Social Business Model Canvas*, sendo possível estruturar os conceitos da problemática levantada. O *Social Business Model Canvas*, trata-se de uma metodologia para facilitar o desenvolvimento de uma estrutura sólida nos projetos sociais, em que se adapta à partir do *Business Model Canvas*, em que segundo Bonazzi e Zilber (2014) “*Nesse contexto, Osterwalder e Pigneur (2010) desenvolveram a ferramenta Business Model Canvas, com nove dimensões que cobrem os três pilares conceituais da definição de modelo de negócios: criação de valor (parcerias-chave, atividades-chave e recursos-chave); entrega de valor (canais, segmento de clientes e relacionamentos com o cliente); e captura de valor (estrutura de custo e fontes de receitas).*”, sendo assim possível observar e construir pontes mensurável para o desenvolvimento do trabalho.

Com os direcionamentos tomados no MPF, uma discussão se tomou diante das nossas hipóteses e conceitos em que partiram para o levantamento e as revisões bibliográficas, onde foi feito um levantamento de artigos que contemplasse a discussão em torno dos temas que tangenciam o projeto. Assim, foram estudados conceitos que trazem pontos sobre a questão do sistema educacional público, o cenário onde se desenha as novas dinâmicas propostas pela tecnologia na relação sociedade-Estado; e as possibilidades dentro do conceito de Governo Aberto.

## 6.1 Entrevistas

Em decorrência desse levantamento, foi entrevistado Gabriel Capela, estudante de ciência da computação e criador do site USP Avalia, um site que possui avaliações dos professores da USP, e que tinha por objetivo *“auxiliar os alunos da USP a escolherem suas matérias e professores baseados em avaliações realizadas por toda a comunidade.”* (USP AVALIA, 2019), relatou que tinha a proposta de desenvolver algo que pudesse ter a participação dos alunos e que se tornasse uma referência na forma de notas dos docentes da universidade, de forma colaborativa divulgando um rankeamento dos professores e também relata que a principal proposta do site era algo mais construtivo e sim expositivo, onde “*não coletar feedback, mas sim transpor*” (CAPELLA, 2019, p.31)

Desse modo, a plataforma foi acessada e discutida sobre a abordagem e o objetivo do dele, e pode-se observar que em alguns pontos a plataforma fugia do propósito descrito, pois não havia um controle de quem avaliava, o que abria uma margem para possíveis retaliações, outro ponto que foi encontrado, é que era possível avaliar mais de uma vez, não dando uma margem quantitativa para as quantidades de vezes avaliada, também não possuía indicadores claros e tinha um ranqueamento de professores, disponibilizando de modo expositivo essas pontuações, algo que não ia de encontro com os objetivos do projeto.

Para aumentar o reportório, foi feito uma relação de referências de profissionais que eram extremamente relevantes para a discussão, um deles foi professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Humberto Miguel Garay Malpartida, docente da escola e coordenador do GAP- EACH (Grupo de Apoio Pedagógico da EACH-USP), que foi criado pela Pró- Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo, tendo como objetivo *“dar subsídios para que a Comissão de Graduação (CG) e os docentes desta Unidade possam renovar e aprofundar conhecimentos necessários ao aprimoramento da prática pedagógica”* (EACH USP, 2019).

Na entrevista foi possível compreender uma perspectiva horizontal diante da questão apresentada, onde o método de avaliação não se torne um patrulhamento ou conflituosa e que não seja instrumentalizado por instâncias superiores para controlar os docentes, onde o professor questiona: “*O que menos se entende da avaliação é o propósito, é o que menos se entende! Se avalia para quê? Sob que princípio você avalia? Avalia para controlar? Eu avalio para aprender? Eu avalio para refletir? Para que eu avalio?*” (MALPARTIDA, 2019, p.30) O modelo institucional de avaliação é visto como forma de controle dos docentes pela IES (Instituição de Ensino Superior), gerando resistência em sua aplicação, o que gera uma maior dificuldade da sua implementação, também foi pontuado que os alunos não são muito participativos em avaliar através do SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), plataforma utilizada pelo GAP para suas avaliações semestrais. A partir disso, foi possível entender que não era proveitoso coletar o feedback e direcionar essa avaliação diretamente para a ouvidoria ou alguma comissão avaliativa, o que poderia gerar conflitos entre as partes, também foi possível compreender que é necessário desenvolver estratégias de incentivos para aumentar a adesão ao processo de avaliação.

Após uma conversa com a professora Drª Luciane Ortega, docente da disciplina de Empreendedorismo na Universidade de São Paulo (USP), destacou-se que existem outros pontos (pilares) que os docentes desenvolvem dentro da universidade, sendo eles pesquisa e projetos de extensão, além do ensino e que para avaliar o docente como um todo, existem diversos pontos para olhar e entender as diferentes dimensões que eles tocam. Dessa forma, entendemos que a questão toca em vários pontos complexos e profundos diante do que haviamos já levantado e iríamos ampliar o foco do nosso projeto. Porém essa discussão não aconteceu, pois decidimos restringir o foco somente para o ensino, pois ao compreender essa complexidade, seria muito mais proveitoso desenvolver em cima desse ponto.

Para termos uma visão através da ótica de quem está no campo da educação, entrevistamos a Andressa Pellanda, coordenadora da Campanha Nacional pelo direito à educação, que tinha por objetivo “*somar diferentes forças políticas, priorizando ações de mobilização, pressão política e comunicação social, em favor da defesa e promoção dos direitos educacionais*” (CAMPANHA, 2019). Na entrevista foi possível notar uma perspectiva que focava na avaliação coletiva através da gestão democrática, em que é necessário pensar nas condições de avaliação, onde Andressa pontua que “*Que é o processo de ensino e aprendizagem, assim como não se faz sem o professor, não se faz sem o aluno...é...o aluno estando no centro do lugar, ele consegue ser, porque ele é tocado por todas essas problemáticas. Então assim, por mais que o docente seja ele também esse...ele sofra com os problemas, ele sofra com a falta de tempo, com o rankeamento, sofra com as faltas de condições de trabalho e etc... é...o sofrimento do próprio docente também impactam no aluno, né?*”(PELLANDA, 2019, p.40), refletindo não somente em um único pilar para poder avaliar os professores, que é importante levar em conta tudo o que irá tangenciar o trabalho e produção do docente na universidade. Essa reflexão permitiu que levássemos em conta a avaliação na percepção de todos os envolvidos no processo de ensino, que implicaria na utilização da avaliação 360º.

E assim, entrevistamos José Carlos Rothen, Professor do departamento de educação da UFSCar, pesquisador de história e avaliação da educação superior, na entrevista relatou que pudemos compreender que para ele a avaliação dos questionários tem que existir um ponto em comum, para facilitar o mapeamento das questões e não acredita na transformação da avaliação para um ranking, pois ela é apenas uma mera percepção do indivíduo que está avaliando e isso gera um mau indicador para tomada de decisões. Contribuiu para um direcionamento do projeto no sentido de não gerarmos um ranking de avaliação e sim uma visão da avaliação do professor de forma individual sem comparações atrelada à disciplina lecionada.

## 6.2 Análises

Assim, com os materiais coletados tanto das revisões bibliográficas, quanto das entrevistas, descobrimos que a avaliação é algo restritivo e que é necessário pensar em outras questões complexas que abarcam toda a questão de avaliação de docentes. Como citado em diversos momentos, é necessário pensar nos pilares que abarcam a universidade: como o ensino, a pesquisa e a extensão. Como dito pela entrevistada Andressa Pellanda “*Então assim...é... esse pilar da extensão ele precisa ser fortalecido também no sentido de, não adianta ter uma universidade que é top de ranking e que não cumpra essa função social, que seja voltada para si mesmo. Então essa devolutiva, né? Você falou de devolutiva.. precisa acontecer, né? Só que aí a gente entra no mesmo problema né? Se a gente tem processo de ranking, em que a pesquisa que é de fator de avaliação das universidades, como é que o professor que é pesquisador, que é o que vai também exercer e se responsabilizar pelos projetos de extensão vai ter tempo e condições de se dedicar à extensão, então é todo o sistema que precisa mudar e de novo a questão problemática de sistemas*” (PELLANDA, 2019, p.40), esses pontos que tangenciam a jornada do docente, são de extrema complexidade, como citado em exemplo o caso da extensão, que muita das vezes é cobrado do servidor uma maior produção em extensão. Com isso, a discussão perpassa por pontos que mostram as dimensões da área educacional que englobam o sistema institucional.

É importante pontuar que o desenho estrutural de como esses meios se desenvolvem à partir da avaliação institucional, que abre um guarda chuva diverso de ramificações onde pode-se notar na figura abaixo:

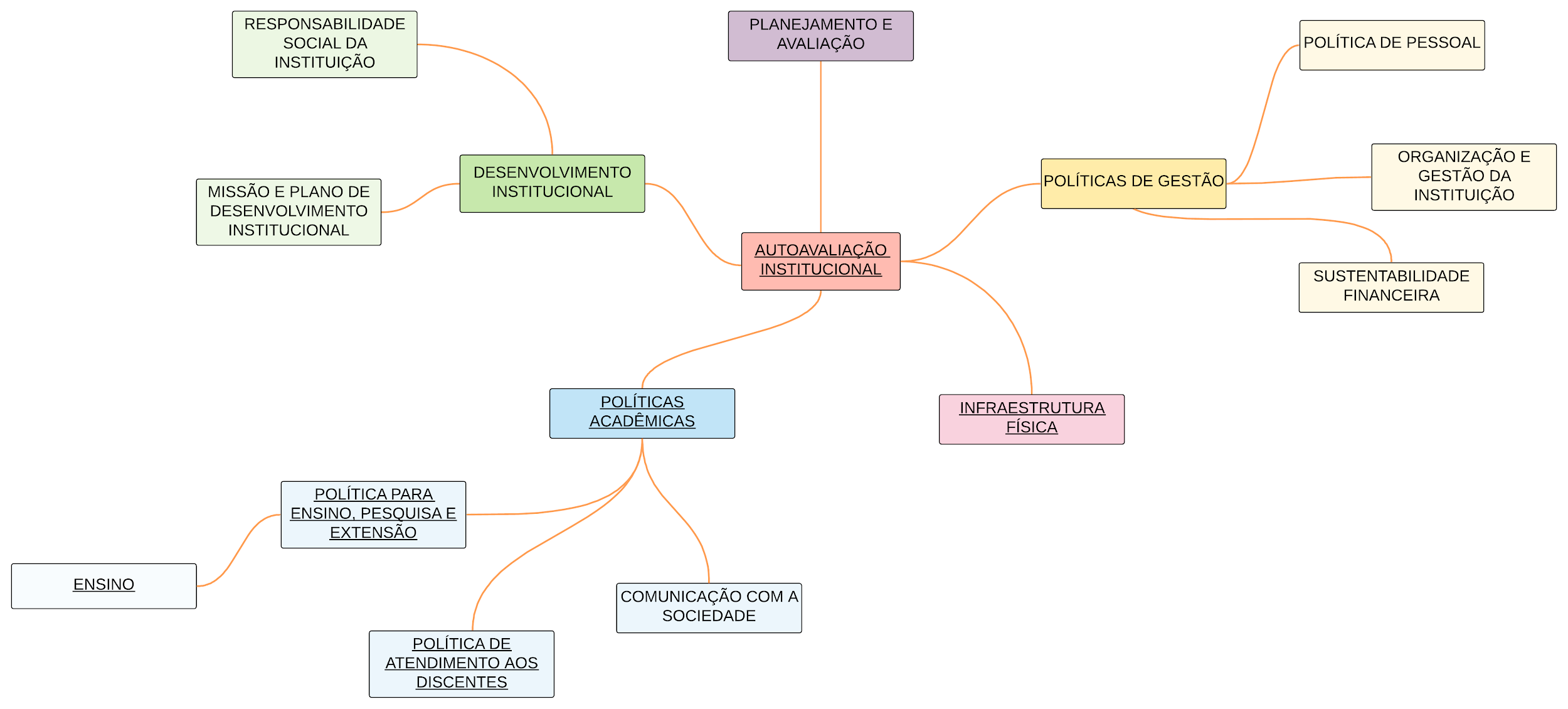
****

figura: Dimensões da autoavaliação institucional

As dimensões da autoavaliação institucional passam por diversos pontos que estão relativos à diversas condições como um todo. Para Queiroz (2011, p. 8), *a autoavaliação situa-se: [...] como o instrumento que provocará um olhar reflexivo da instituição sobre si mesma, em suas múltiplas dimensões. A intenção é que, por meio de uma análise interna, essa avaliação reflita o conteúdo e a forma das ações administrativas, financeiras e pedagógicas, a ponto de desvelar as potencialidades e fragilidades institucionais e promover o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento. O projeto de autoavaliação é organizado em dois grandes focos de ação: (i) o acompanhamento avaliativo das dimensões institucionais e (ii) a institucionalização de práticas de avaliação, que compreendem o aprimoramento das análises de resultados de avaliação com vistas à orientação de ações gestoras.*

Desse modo, é possível compreender que a forma de autoavaliação cria no indivíduo um processo contínuo de autodesenvolvimento e de percepção crítica do seu ambiente exposto, como também desenvolve os processos dentro da avaliação institucional, podendo assim ter participação ativa dentro dessa mudança.

Assim pretende-se sintetizar o histórico da prática de avaliação de desempenho de recursos humanos desde os primeiros registros até o início das avaliações dos docentes das universidades públicas, bem como o hiato existente no que tange ao feedback oriundo dos discentes.

A avaliação do desempenho nas organizações é uma prática administrativa relativamente consolidada, tendo seus primeiros registros anteriores à Fundação da Companhia de Jesus, por Santo Inácio de Loyola. Na era moderna, há registros de mecanismos de avaliação de recursos humanos no exército norte americano já em 1880, bem como no serviço público federal, em 1942. (LUCENA, 1995).

Não obstante, o paradigma da avaliação somente ganha relevo no contexto da administração pública brasileira à partir da Emenda Constitucional da Reforma Administrativa nº19. Aprovada em 1998, introduziu a possibilidade do desligamento do servidor público mediante avaliações periódicas, nas quais, averiguadas insuficiência de desempenho, conforme o inciso III, do parágrafo 1º, artigo 41 (BRASIL, 1988). Nas universidades, em especial, somente com a regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, por meio da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, “(...) com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004).

Assim, em 2016 o Conselho Universitário (CO) da Universidade de São Paulo (USP) aprova o seu sistema de avaliação. Centrado nos chamados *projetos acadêmicos*, as unidades de ensino, institutos e museus ligados à universidade elaboram, dentro de suas particularidades, cada projeto, bem como os departamentos e docentes. A estrutura institucional ainda conta com uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), responsável pela coordenação, sendo composta pela Comissão Plenária (CP), e duas instâncias, a Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e a Câmara de Atividades dos Docentes (CAD). Na avaliação, duas comissões atuam, a Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) e a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). Este aparato institucional é responsável, então, por todo processo de avaliação de desempenho dos docentes, levantando indicadores para além do princípio das diretrizes *ensino, pesquisa e extensão,* consagradas pelo princípio da indissociabilidade, do artigo 270 da Constituição Federal. Constam ainda como metas dos planejamentos a *nacionalização e internacionalização; orientação; gestão universitária; atividades priorizadas; e outros.*

A estrutura institucional nos parece robusta, tal qual todo aparato administrativo uspiano, altamente hierárquico e com poucas brechas para a participação discente. O risco implícito de ineficiência e “naturalização” do processo como uma mera *práxis* sem efetividade nesse modelo de inspiração burocrática de alto formalismo (no sentido weberiano) é demonstrado por Longo (2007):

A mera existência de um sistema formalizado (como, por exemplo, um procedimento obrigatório de definição de objetivos, entrevistas e avaliação do desempenho, acompanhado de questionários e outros documentos impressos) não significa, por si só, que a prática real inclua os elementos próprios de uma GRH adequada neste campo (provavelmente, o mais difícil), e não é raro que o sistema acaba por converter-se em simples trâmite burocrático.

Ainda que na Resolução Nº 7272, de 23 de novembro de 2016, em seu artigo 26, § 5º conste que, – “Os procedimentos e critérios para avaliação pelos discentes deverão integrar os instrumentos de avaliação”, não há qualquer explicação detalhada sobre essa participação no material apresentado à comunidade por meio do Jornal da USP ESPECIAL, de março de 2018, sendo a menção referente aos parâmetros dos indicadores quantitativos (USP, 2018).

Através desses mecanismo, é possível entender essa percepção do indivíduo com o processo de gestão do desempenho, que passa pela lógica existente nos recursos humanos, onde é possível encontrar e medir melhorias através dos resultados obtidos. Assim, segundo Brandão e Guimarães (2001) “*Como visto, a gestão de desempenho faz parte de um processo maior de gestão organizacional, uma vez que permite rever estratégias, objetivos, processos de trabalho e políticas de recursos humanos, entre outros, objetivando a correção de desvios e dando sentido de continuidade e sustentabilidade à organização.*” o que legitimiza as melhorias obtidas dentro de um processo avaliativo.

Com isso busca-se poder contribuir no processo de gestão do desempenho do ensino superior e ser uma ferramenta de consulta que atue no complemento do ciclo de políticas públicas, se encaixando no bloco de avaliação. É possível expandir a plataforma para um sistema integrado de gestão da instituição.

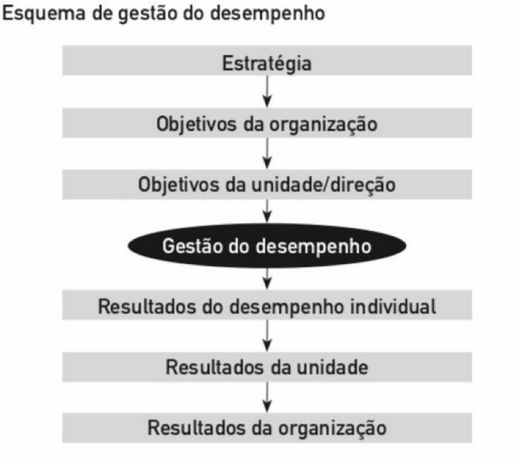


figura: esquema de gestão de desempenho

Com isso é possível entender os pontos de fluxograma dentro do ciclo de políticas públicas, sendo esse um processo que mostra as sequência nas tomadas referente aos resultados que as avaliações de docentes podem apresentar. O ciclo é representado por: primeira fase sendo a formação de agenda, onde consiste na forma de planejar as prioridades daquele governo, onde são levados em conta o cenário real social. A segunda fase, a formulação da política, onde são refletidos e pensados formas para solucionar o problema encontrado, , para que assim seja dado os direcionamentos para o desenho os objetivo. A terceira fase é a de processo de tomada de decisão, o legislativo, judiciário ou redes de políticas públicas, como sociedade, tomam decisões para a formulação desse mecanismo, onde o que foi pensado até então será avaliado as alternativas e os próximos passos a serem tomados. A quarta fase é aquela onde é a implementação, onde se pode transformar intenções em ações para a resolução efetiva

E por fim, a quinta fase é a avaliação, pois depois de implementado acontece a análise de avaliação de impacto, eficiência, eficácia e produtividade, se está funcionando ou não, o que está dando de errado e certo daquela medida. Assim segundo Jesus (2014) “*A abordagem do ciclo de política possibilita ao analista uma visão não linear e fragmentada da política em estudo, pois a própria ideia de contextos oferece uma possibilidade de leitura não unilateral, mas multidisciplinar e global, sendo que as etapas do ciclo não ocorrem isoladamente e uma a cada vez, ao contrário, elas se entrelaçam, num movimento de interação, e se completam.*”

Dessa forma, ela contribui para o desenvolvimento desse processo, que até então foi analisado pelo presente projeto, dentro da implementação e avaliação, pois contribui para as tecnologias de avaliação de docentes na universidade pública.



figura: ciclo de políticas públicas

O ramo das Políticas Acadêmicas, permeia os pontos especificando para as políticas para os pilares de ensino, pesquisa e extensão, focando no ensino e tangenciando as áreas de atendimento aos discentes, comunicação com a sociedade e infraestrutura física

Com isso, o projeto segue com o viés de avaliar os docentes com foco no ensino e de forma 360º, sendo que essa avaliação consiste em ter a avaliação de vários níveis hierárquicos inclusive a avaliação em pares. Dessa forma temos a avaliação não fechada somente na percepção dos alunos e sim na percepção de todos, sendo feita também a autoavaliação pelo docente.

## 6.3 Resultados

Com os estudo feitos e levantados referente à questão nas avaliações de docentes, as referências tanto teóricas, quanto as entrevistas, contribuíram para o desenvolvimento um questionário. Assim chegou-se a um desenvolvimento de uma estrutura de avaliação à partir da percepção do aluno, onde as percepções trazidas pelos mesmos serão ricas de informações para entendermos todo o processo de avaliação desses docentes. Quanto ao processo de desenvolvimento, tomamos como referência os questionários ‘Q2 de Avaliação do processo de Aprendizagem’ Desenvolvido pelo GAP, pois trazia uma rica bagagem e uma estrutura consolidada diante de uma avaliação, e o relatório parcial do CPA (Comissão Própria de Avaliação) da FGV Rio quanto às dimensões de avaliação.

Sendo assim, foi desenvolvido as seguintes questões:

* PERFIL
* Seu número USP? - Vamos pegar somente para validação no tratamento de dados, será anônimo
* É portador de alguma deficiência? Se sim, qual? - Para saber com relação à acessibilidade do conteúdo passado
* Sexo - Tem como objetivo identificar possíveis diferenças de comportamento entre homens e mulheres com relação ao docente.
* Faixa salarial - comportamento baseado na renda e mapear a quantidade
* Faixa etária -Ver questão de comportamento, se determinada faixa se adequa mais ou menos
* Qual o curso de sua graduação? -Verificar quais cursos mais frequentam essa disciplina.
* Estagia ou trabalha? - Verificar se o perfil dos alunos está ligado às condições de tempo de dedicação
* AUTOAVALIAÇÃO
* Você costumou tirar o tempo necessário para estudo/realização das atividades da disciplina? Cumpriu suas expectativas. Abaixo responder com:
* MUITO BOM
* BOM
* REGULAR
* RUIM
* MUITO RUIM
* NÃO SEI RESPONDER
* Qual foi o seu envolvimento com as atividades desenvolvidas em sala de aula (com questões, dúvidas e debates)?
* Como você avalia a sua assiduidade às aulas (presença e pontualidade)?
* Como você avalia o seu interesse pela disciplina?
* DOCENTE
* 1. Muito satisfatório (a)
* 2. Satisfatório (a)
* 3. Mediamente satisfatório (a)
* 4. Insatisfatório (a)
* 5. Muito insatisfatório (a)
* 6. Não se aplica
* O tempo necessário para o desenvolvimento das atividades propostas foi compatível
* com o tempo disponível para a sua execução?
* As oportunidades de desenvolver a capacidade de questionar foram diversificadas?
* O rigor acadêmico foi uma preocupação constante?
* As oportunidades de propor soluções para problemas de pesquisa e/ou extensão relacionadas à futura atuação profissional/cidadã foram frequentes? Abaixo respostas com:
* 1. Muito bom
* 2. Bom
* 3. Regular
* 4. Insuficiente
* 5. Muito insuficiente
* Domínio do conteúdo
* Relacionamento com os discentes
* Procedimentos metodológicos empregados
* Assiduidade e pontualidade
* Sistema de avaliação, adequado
* Atendimento extraclasse
* Atendimento em classe
* Orientações aos discentes
* Maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente
* Abaixo respostas em:
* 1 - Muito frequente
* 2 - Frequente
* 3 - Medianamente frequente
* 4 - Raro
* 5 - Muito raro
* 6 - Não se aplica
* Aula dialogada
* Aula expositiva
* Aula prática de laboratório
* Debate
* Ensino com pesquisa
* Seminário
* Estudo de texto
* Estudo de caso
* Prova escrita individual
* Prova escrita em grupo
* Resolução de exercícios em sala de aula (individual)
* Resolução de exercícios em sala de aula (em grupo)
* Resolução de exercícios extraclasse (individual)
* Resolução de exercícios extraclasse (em grupo)
* Relatórios individuais de atividades práticas
* Relatórios em grupo de atividades práticas
* Seminários (individuais ou em grupos)
* Resenhas/Fichamentos
* DISCIPLINA
* Essa disciplina se adequa à sua área de conhecimento?
* Qual foi a qualidade do material didático disponível?
* O conteúdo programático é coerente?
* Qual a importância dela para a sua formação?
* INFRAESTRUTURA
* Em relação às salas de aula, avalie os itens a seguir, segundo a escala que varia de 1(Péssimo) a 6(Ótimo).
* Acessibilidade
* Higiene do ambiente
* Conforto dos móveis
* Iluminação
* Tamanho do espaço físico em relação ao número de estudantes
* Disponibilidade dos equipamentos didáticos
* Conservação dos equipamentos didáticos
* Quantidade dos pontos elétricos
* localização dos pontos elétricos
* Adequação das salas às aulas teóricas
* Adequação das salas às aulas práticas

APLICAÇÃO

O questionário seria por formulário online aplicado após o término do semestre e será atrelado a plataforma institucional.

TRATAMENTO DOS DADOS E DIVULGAÇÃO

Após esse momento, tratamento de dados seria feito através de planilhas (xls) onde poderemos filtrar os dados, aqui se dará o processo de validação d id do estudante( no nosso caso o Número USP) onde só serão levadas em conta respostas dos USP's que fizeram a disciplina que estiver sendo avaliada. Após a planilha será linkada com a plataforma Infogram para a geração de dashboards dinâmicos com os feedbacks que todos teriam acesso.

RESULTADOS

Os resultados obtidos seriam divulgados através de uma plataforma web. A plataforma deve ser no formato de **software livre**, e os dados gerados, **abertos**. que utilizará da plataforma *infogram* para gerar dashboards interativos para que pudesse ter uma análise ampla e multifacetada, gerando indicadores úteis à gestão (BI).Estas informações geradas também são indicadores úteis ao processo de auto aperfeiçoamento dos agentes envolvidos na instituição;

# 7. Considerações finais

O presente trabalho buscou investigar a questão da avaliação do ensino superior público, dada a relevância do tema da educação pública para a sociedade, e, portanto, da importância dos métodos de gestão e eficiência no setor.

Partindo de hipóteses centradas nos docentes, visando uma solução tecnológica, o grupo desenvolveu uma pesquisa exploratória fundamentada em entrevistas com especialistas em educação e avaliação de desempenho de docentes; pesquisa bibliográfica nas áreas da educação e recursos humanos; pesquisa do mercado de plataformas digitais educacionais; e a utilização de ferramentas como o canvas e design thinking para validação de modelos de negócio e hipóteses sobre problemas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa algumas das hipóteses foram reafirmadas, tais como a percepção de assimetria de poder e os abusos decorrentes, no entanto, sem que se confirmasse a necessidade de isonomia, sendo a relação entre alunos e professores necessariamente assimétrica, segundo Rothen. Também se confirmaram a prevalência da pesquisa sobre as dimensões do ensino e da extensão, e o quão prejudicial esta priorização pode ser para as instituições e para a própria pesquisa, avaliada quantitativamente.

Após o desenvolvimento das investigações, a discussão do grupo apontou para as seguintes conclusões preliminares: i) A avaliação é apenas uma das fases de um processo educacional amplo; ii) Avaliar apenas o docente pode gerar resultados indesejáveis; iii) A avaliação pode e deve ser ampla e multifacetada, gerando indicadores úteis à gestão (Business Intelligence), sendo ideal o modelo de autoavaliação institucional reflexivo-participativo; iv) Estas informações geradas também são indicadores úteis ao processo de auto aperfeiçoamento dos agentes envolvidos na instituição; v) É necessário desenvolver estratégias de incentivos para aumentar a adesão ao processo de avaliação; vi) É possível expandir a plataforma para um sistema integrado de gestão da instituição; vii) A plataforma deve ser no formato de software livre, e os dados gerados, abertos.

A pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Governo Aberto, em aproximadamente 4 meses. Dada a restrição de tempo e o caráter exploratório, não foi possível aprofundarmo-nos nas conclusões preliminares aqui apontadas, uma vez que a dinâmica nos induziu a uma visão panorâmica das questões do sistema de ensino público superior, dos métodos de avaliação de desempenho lato e stricto sensu, e das possibilidades tecnológicas no sistema educacional. Deste modo, consideramos essencial que em pesquisas futuras os itens supracitados como conclusões preliminares sejam investigados com maior detalhamento.

# 

# Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, António José et al. **Estudo sobre a avaliação dos docentes do ensino superior: desenvolvimento de instrumentos de avaliação de desempenho: relatório final. 1999.**

**AVRICHIR, Ilan; DEWES, Fernando. Construção e validação de um instrumento de avaliação do desempenho docente. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2006.**

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Zahar, 1999.

BÉLIX, Laila; et.al. **Qual conceito de Governo Aberto? Uma aproximação aos seus princípios.** Documento presentado en el VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) Madrid, España, del 3 al 5 de octubre de 2016 Online, disponível em: <<https://ceweb.br/media/docs/publicacoes/19/Qual%20conceito%20de%20Governo%20Aberto-atualizado_03-out2016.pdf>>

BONAZZI, Fábio Luiz Zandoval; ZILBER, Moises Ari. ***Inovação e Modelo de Negócio: um estudo de caso sobre a integração do Funil de Inovação e o Modelo Canvas***. **Rev. bras. gest. neg.**, São Paulo , v. 16, n. 53, p. 616-637, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1806-48922014000400616&lng=en&nrm=iso>.

BOCLIN, Roberto Guimaraes. Avaliação de docentes do ensino superior: um estudo de caso. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 12, n. 45, p. 959-980, 2015.

BRANDAO, Hugo Pena; GUIMARAES, Tomás de Aquino. **Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto?**. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 41, n. 1, p. 8-15, Mar. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-75902001000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 1 Dec. 2019.

BRASIL, **Declaração de Governo Aberto.** Online, disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/declaracao-governo-aberto.pdf>>.

CRUZ-RUBIO, C.N. **O que é (e o que não é) governo aberto? uma discussão conceitual.** Rev. Temas de Administração Pública, v. 10, n. 1, 2015, p.129-148

DE MELO, Edson. **Avaliação de desempenho docente num curso de administração, em uma instituição de ensino superior do alto vale do itajaí: uma analise temporal**. Online, disponível em:<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/712442.pdf>>

DO BRASIL, **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2010.

EACH. ***Apresentação – Grupo de Apoio Pedagógico.******EACH USP.***Disponível em: <<http://www5.each.usp.br/apresentacao-grupo-de-apoio-pedagogico/>> Acesso em: 05 out. 2019.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JESUS.Roseli Batista de. **Políticas Públicas e o Ciclo de políticas: Uma Análise da Política do Mato Grosso.** REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE PEDAGOGIA: Ano XII – Número 24 – Periódicos Semestral**.** Brasília, 2014.

JÚNIOR, ABREU. N. **Sistema (s) de avaliação da educação superior brasileira**. **Caderno CEDES, Campinas**, v. 29, n. 78, p. 257-269, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar, 2018.

LUCENA, Maria Diva da Salete. **Avaliação de Desempenho**. São Paulo : Atlas, 1995.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Cengage Learning, 2009.

PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael. **Governança digital. 2014**. Online, disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cegov/files/livros/gtdigital.pdf>>

REIFSCHNEIDE, Marina Becker. Considerações sobre avaliação de desempenho. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 16, n. 58, p. 47-58, 2008.

ROTHEN, José Carlos. Ponto e contraponto na Avaliação Institucional: análise dos documentos de implantação do SINAES. **Educação: Teoria e Prática**, v. 15, n. 27, p. 119-119, 2006.

\_\_\_\_\_\_, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 17, n. 65, p. 729-751, 2009.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Editora Todavia SA, 2018.

SANTO, eniel et.al.. **Avaliação de desempenho docente: um estudo de caso numa instituição de ensino superior privado em salvador–bahia**, brasil. 2010. Online, disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96976/AVALIA%C3%87%C3%83O%20DE%20DESEMPENHO%20DOCENTE%20UM%20ESTUDO%20DE%20CASO%20NUMA%20INSTI.pdf?sequence=1>>

SÃO PAULO. Estado, **Diário Oficial do Estado, 2019.** Online, disponível em: **<**[**https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\_11\_4.aspx?link=%2f2019%2flegislativo%2fmarco%2f27%2fpag\_0021\_3577fafc0c201f2ae008a08179a50ce5.pdf&pagina=21&data=27/03/2019&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100021**](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2019%2flegislativo%2fmarco%2f27%2fpag_0021_3577fafc0c201f2ae008a08179a50ce5.pdf&pagina=21&data=27/03/2019&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100021)**>**

SGUISSARDI, Valdemar. **A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação": É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?**. Perspectiva, v. 24, n. 1, p. 49-88, 2006.

USP AVALIA. Sobre. **USP AVALIA.** Disponível em: <<https://uspavalia.com/sobre>> Acesso em: 08 nov. 2019.

USP, Universidade de São Paulo. **Comissão Especial de Regimes de Trabalho.** Online, disponível em: <[https://sites.usp.br/cert](https://sites.usp.br/cert/);

VIEIRA, Flávia; MOREIRA, Maria Alfredo. Supervisão e avaliação do desempenho docente. **Cadernos de CCAP-1. Ministério da Educação. Conselho Científico para a Avaliação de Professores**, 2011.

# 

# 

# 

# 

# Anexos

Entrevista com Gabriel Capela, estudante de ciência da computação e criador do site USP Avalia

1. **Olhamos a sua plataforma e queremos tirar algumas dúvidas: Quando vimos sua página, você disse que a USP avalia tem suas limitações e tal, gostaríamos de saber o que deu certo e o que deu errado no projeto. Os desafios que enfrentou para lançar essa ideia para os alunos.**

R:Bom vou começar um pouco da história super avalia. Eu comecei a criar ele quando eu não fazia importação. Inicialmente era geofísica. Aí eu comecei a criar o sistema justamente porque é um modo de saber quais matérias. Eu devia cursar o próximo trimestre e era um amigo que falava outro falava algumas coisas e não tinha nem um lugar comum se isso. Se impressionar nos estudos. Pelo menos aqui em São Paulo uma tentativa de fazer uma pesquisa sentido sobre os dados as pesquisas não eram muito bem divulgados a respeito do semestre anterior. Era um time histórico do professor mas não era todo mundo tinha vontade em responder porque não são dados e cinco salas de aula. E TUDO MAIS.

1. **Os resultados das avaliações na sua ideia seria para os futuros alunos?**

R: Desafios que enfrentei essa ideia como se pode ler na página de Sandro Goiano sobre vários amigos colaboraram me ajudaram a montar essa ideia. E conseguiram promover várias pessoas foram promovendo ideias que nem apartes de comentários disciplinas não tinha inicialmente alguém comentou Sonnen. Então foi tudo assim. Não tem nenhum sentido que. Se sabe é um estudo quem se avalia. Mas em nenhum dos usar esses dados para promover alguma melhoria ou algo do gênero

1. **Você chegou a pegar esses dados e apresentar a algum órgão docente?**

R: Aí surgiu a ideia de fazer o uso avalia. Então criei justamente com esse intuito de poder agilizar o processo. Então eu sou bem básico então praticamente eu faço todo semestre tenho um vizinho que ele roda todas as matérias do Júpiter atualiza os professores. Aí eu tenho uma relação professor e matéria. E nessa relação as pessoas conseguem avaliar uma coisa tem o sistema que é sempre importante foi pensar na privacidade do sistema. Então todas as informações que entram ali do usuário tudo eu não guardo nenhuma informação. Todas as informações eu faço um resto sobre elas para poder modificar e até o banco de dados avalia a público. Se você falar no banco Posso até passar os dados dele porque não tem nenhum informação pessoal de alguém lá.

1. **- Para você o quais seriam os pontos a melhorar?**

**R:** Pontos e melhorias. Eu acho que avalia lhe falta principalmente não coletar feedback mas transpor IBEX então já pensei várias melhorias para o sistema que vão desde professor poder se inscrever e receber diariamente ou semanalmente um relatório com todas as informações. E de uma maneira de passar um código de um ano até os alunos registrarem escolhe sem identificar os alunos obviamente porque é importante. Os professores sabem como eles podem melhorar. Não basta coletar informações da qualidade deles se isso não.

1. **Nós nos deparamos com esse tema na disciplina de governo aberto e gostaríamos de trabalhar em cima disso, visando melhorar a qualidade de ensino do ambiente universitário através da avaliação dos docentes pelos alunos, levando essa avaliação para órgãos superiores, a ideia ainda está em estágio inicial e estamos buscando outras plataformas que fazem/fizeram isso, como a sua...**

**R:** Como se está vendo o que está fazendo eu também fiz muito isso. Outros lugares que tivessem informações para consegui buscar dados. E tudo o que eu fiz eram variações. Muito complexas de fazem às vezes muito superficiais. Então resolvi fazer esse formato de cinco perguntas para acelerar o processo oficial que numa pegada de celular a pessoa consegue avaliar cinco docentes o semestre inteiro em menos de cinco minutos que essa ideia.

1. **Por fim gostaríamos de saber se você ainda desenvolve o projeto, se nós podemos adaptá-lo ou aproveitar alguma parte dele?**

R: Se a coisa se sente à vontade para adaptar ou melhorar se quiser até outro dia tomar um café que não uso o Paulista algo assim estou à vontade para responder pergunta nesta semana. Apesar de não estar me dedicando muito fazer porque eu posso. Eu ainda tenho apreço por ele deu todo um botãozinho posição do grupo. Tem várias coisas que dá para melhorar. Eu já queria passar esse tempo também para isso se tivesse vontade de melhorar porque todo sistema precisa ser melhorado devolvida logo ao longo do.

Entrevista com Humberto Miguel Garay Malpartida, docente da escola e coordenador do GAP- EACH (Grupo de Apoio Pedagógico da EACH-USP)

1. **da onde surgiu a iniciativa do GAPE para o processo de avaliação dos docentes?**

R: Que é o processo de ensino e aprendizagem, assim como não se faz sem o professor, não se faz sem o aluno...é...o aluno estando no centro do lugar, ele consegue ser, porque ele é tocado por todas essas problemáticas. Então assim, por mais que o docente seja ele também esse...ele sofra com os problemas, ele sofra com a falta de tempo, com o rankeamento, sofra com as faltas de condições de trabalho e etc... é...o sofrimento do próprio docente também impactam no aluno, né?

Entrevista com Andressa Pellanda (coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

**1. Após a exposição do documento com o problema de pesquisa, hipóteses, projeto e relação com os princípios de Governo Aberto, o que você pensa a respeito?**

R: Então, hoje é um sistema de avaliação mais comumente utilizados. Geralmente passam por provas e avaliações. De larga escala que tocam diretamente os alunos. E esse sistema é muito criticado pela Academia também, então a sociedade civil. Especialmente porque ele é muito hermético, faz uma avaliação, que não avalia exatamente qual a qualidade daquela educação. E aí quando a gente pensa em educação, a gente pensa nos dois pilares né? O de ensino e aprendizagem. Eles se relacionam entre si e aí fica toda a bibliografia freiriana que fala disso. E portanto quando você avalia um...ponto ápice da aprendizagem Seabra parte da prova que avalia toda aprendizagem. Você está avaliando todo o sistema de ensino. E aprendizagem que é. A educação. Então. é preciso. Olhar com cuidado para essas. Duas questões e pensar em uma metodologia de avaliação que olhe não só para o aluno mas também pro. Educador. Mas também para as condições de acesso da. Educação. A gente desenvolveu. Junto com. A Unicamp e participou muito sei dizer que é pesquisa muito antiga de educação no Brasil. Uma metodologia de sistema de avaliação para a educação básica de tempo pode ter um reflexo para educação superior. Dá para olhar para os mesmos indicadores e pensar numa aplicação. Que chamasse na web. Ele foi aprovado no finalzinho do governo Dilma logo antes do processo começar a aprovar rapidamente várias políticas para deixar como algum legado antes do impeachment. E depois ele foi um dos primeiros que foi revogado pelo Temer que não foi aplicado. Mas qual era o sentido do Sinai. Ele previa vários indicadores de avaliação e processo de avaliação. Então por exemplo há claro as provas os alunos estavam dentro. E um dos processos que compõem toda a avaliação mas também existe um processo de conversas. Com os professores a avaliação em relação. às metodologias de ensino e enfim todo o processo do ensino. Mas. Uma coisa que é inovadora. De certa forma. é que alguns sistemas de avaliação não olham justamente para as condições de oferta. Como você pode avaliar um professor ou avaliar um aluno. Sem pensar. Nas condições. De oferta que existem na educação. Então muitas vezes se fala o aluno do Nordeste aprende menos do Sudeste venceu. Na educação básica. De forma geral. Então. Por. Que isso acontece. Qual a diferença entre investimento por aluno. Qual a diferença entre investimentos por exemplo nas universidades. Por Aluno ou por curso médio em curso que recebem mais investimentos do que outros. A infraestrutura daquela universidade condições. De. Dar uma lousa um show enfim água. é claro na universidade é muito diferente da educação básica a gente tem uma qualidade de uma universidade pública muito maior e melhor do que na educação básica no Brasil mas ainda assim. Qual é. Essa oferta da educação para aquele aluno para que ele possa aprender. Professor possa ensinar para a gente fala muito disso. Então e quando a gente fala geralmente de. Docentes em políticas públicas a gente fala muito sobre. A. Formação Inicial a formação continuada. Há. As condições de oferta. De trabalho. Do. Profissional. Plano de Carreira. Estruturado. E salário é a parte mais valorização. Stricto Sensu. Esses pilares são pilares que precisam ser olhados antes de avaliar junto com a avaliação do próprio ensino. Do professor. Assim. Como se contrata os professores geralmente é por concurso uma universidade pública mas assim se contratam os professores existe uma preocupação com a formação inicial. Depois existe uma preocupação com a formação continuada desse profissional. Como é que isso funciona da universidade. Quais são as condições que se dão pra isso. Aí as condições de oferta que a gente está falando plano de carreira existe uma carreira estruturada. Existe valorização desse profissional. Ele tem possibilidade de crescer ele tem possibilidades de desenvolver o seu trabalho. Qual a carga horária de trabalho que ele tem. Então como se divide a carga horária de aulas é tempo que ele possa corrigir se os trabalhos dos alunos atender os alunos e aí ir além disso na universidade ele ainda tem os outros dois pilares para trabalhar na pesquisa e extensão. Então como é que se compõe o tempo pra que esse profissional consiga se dividir nessas funções. Consiga ter apoio. Da universidade inclusive porque às vezes. Nós temos três pilares mas mais um. Tem muita burocracia que precisa preencher e enfim. A unidade que é importante claro porque é uma estrutura todo um processo da burocracia da política. Enfim. Várias. Vezes. Burocratas. Até. Então. Sem. Muita burocracia muita literatura fala sobre burocracia. Ela é importante tem seu lugar e tem a política isso também. Mas ao fim ela aparece. Eu ouço muito professores universitários são da nossa rede por exemplo eles têm uma rede em todo o Brasil e têm professores universitários do Brasil inteiro na rede. Eles falam muito sobre o tempo que eles gastam. Tendo que preencher a burocracia que eles poderiam estar dedicados a atividades pedagógicas a atividade de pesquisa de extensão. Então. Também tem que olhar para essa estrutura de Cidadão para a frente da cidade para que os professores consigam ter qualidade. Um trabalho que eles fazem. Então. O método do Senai ele pensa dessa estrutura como um todo o sistema. A gente precisa olhar para a avaliação dessa forma sistêmica. Se não a gente ficar caçando bruxas. E. Especulando várias.

**2- Na sua visão, quais caminhos possíveis existem para que a dimensão do ensino seja equilibrada em relação à pesquisa na USP?**

R: Então isso também tem a ver com avaliação entre aspas Porque. Essa é uma discussão que estava na pós graduação em Pesquisa. Faço pós no Instituto de Relações Internacionais e eu estava tendo uma aula sobre governança global e a gente começou a falar sobre. Quem integra a governança global e aí entra a sociedade civil especialistas da academia na íntegra, os pode haver um balanço na governança. Outras sociedades civis com menos investimento. E aí isso entrou. Na discussão sobre os países em desenvolvimento. Como o Brasil. ..Como...em encontros Internacionais a gente fica a base de países da Europa. E Estados Unidos por exemplo no ensino superior. E aí a gente começa a questionar esses próprios rankings. Então. São. Muitos os rankings são baseados em publicação. Científica nas universidades e aí é um pilar que. Acaba tendo uma visibilidade maior. Foco. Nas universidades justamente porque vai crescer no ranking e crescer no que gera vários outros benefícios como unidades internas e externas. Isso pode trazer investimento. Hoje existe uma discussão bastante perversa. Ela foi falta sobre financiamentos outros da universidade que não são do Estado. Sim. A gente. Que o financiamento. Público mas está em debate e acaba tendo um processo de. Busca por esses tipos de financiamento e até por bolsas de pesquisa. Ainda assim a gente sabe que a gente está nas humanas mais nas exatas e biológicas também vai ser um fechamento de indústrias leves para a pesquisa e aí acaba aqui virá a menina dos olhos porque ela justamente traz outros benefícios e muitas vezes. Alguns professores. Nas universidades eles gostam muito mais de fazer pesquisa do que dar aula e acabam entrando na universidade como o pesquisador mas aí tem que cumprir as horas de aula. Então acho que uma das formas de fazer se diz. Por cá a educação é a parte de ensino. No lugar um pouco mais de espaço né. Fazer esse balanço entre as duas áreas é justamente mudar o sistema de avaliação e o olhar aquecido. Então se a gente continuar tendo ranqueamento de universidades com base em publicação e nem essa publicação é o que se chama de publicação relevante. Entre Aspas. Existem outras tecnologias mas essa é uma publicação relevante tem que ser inglês. Enfim todo o processo. Que denota que seja relevante pra outras pesquisas para o desenvolvimento tecnológico enfim isso também é uma coisa muito presente passado para o presente. Bolsonaro não é assim. Tem que investir no que é o que é útil. Para a pesquisa. Que é útil para o desenvolvimento do país é claro que as ciências humanas vão ficar. De lado porque não se vê. Que o senso comum tem credibilidade não sei se o mesmo conta. Em ciências. Exatas. E aplicadas. E. Aí é um grande imbróglio é uma polêmica do senso comum. Enfim mas não tão pelo olhar pra. Mudar a perspectiva de rankings LED. é preciso olhar para um. Método de avaliação que considere também o ensino e a extensão que também é o pilar. Para quem tem boa vontade. Então assim precisa mudar essa perspectiva. E aí também tem que tomar cuidado na mudança dessa perspectiva. Não é. Não é cobrar dos professores e da universidade mais alguma avaliação. Enfim. Eficiência é o resultado. De todo esse campo semântico. De gestão. Estado no campo da educação sem dar condições de fazerem isso porque senão os professores vão muito. Adoecer. Mesmo. Sem. Ter que dedicar tempo para responder a resultados de pesquisa e dedicar mais tempo para. Que os bons resultados de ensino sem dar mais condições para aqueles que exportam esses 2x2. Com qualidade estão sempre. Toda vez que existe uma cobrança uma avaliação. Em controle sobre aquilo precisa também olhar para com a condição que se está dando para aquilo. Acontecesse não meu uma pressão. Na verdade se perde qualidade.

**3- Sobre avaliação de docentes, no contexto uspiano qual a abordagem que você adotaria?**

R: Acho que foi um pouco o que eu falei na primeira. é preciso. Ter essa perspectiva sistêmica não só avaliar o docente como avaliar as funções a valorização a formação. Enfim todos aqueles pilares do trabalho docente. Junto e aí uma coisa que fora da gravação. Há a necessidade de também quem avalia a fé de diversos atores da educação ali não só um ator ou outro. Então por exemplo não só ser o estudante avalia o docente mas também ter avaliação por exemplo entre pares ou da própria direção. Então na hierarquia de cima para baixo e baixo para cima de um dos lados é também pensada uma avaliação coletiva então ter mecanismos que podem ser anônimos porque às vezes é complexo para ver algumas questões até existe um debate sobre. Abusos de autoridade e outros tipos abusos por parte dos docentes por conta de. Estarem entre aspas numa hierarquia. Maior do que os alunos e aí as denúncias de abuso ou avaliação sobre isso é muito complicado. Você precisa ter um mecanismo anônimo com uma ouvidoria ou algo assim mas. Para. Não individualizar o ser ter uma avaliação que seja justa nem entre aspas a gente precisa pensar em mecanismos coletivos e levados a pensar quais as instâncias para que tipo de avaliação. De abusos. é uma questão de ordem até questões judiciais e. Tem que colocar inquéritos e coisas do tipo na história mas avaliações administrativas mais comuns. Precisa pensar em quais são as instâncias que serão responsáveis por essa avaliação. A direção da unidade e a reitoria que fica aqui departamentos dentro da universidade poderiam participar e até esse estágio são individuais e coletivos porque também isso gera um processo de alinhamento da gestão democrática da universidade. Então. A avaliação não tem que fazer parte da gestão da gestão democrática. Então. Por favor escreve. Sobre si sobre gestão democrática e criticava a estrutura da escola. Fala bastante sobre. Vitor. Paro. Ele da USP e da educação que ele acabou de se aposentar. Ele é uma referência sobre gestão democrática. Ele traz alguns desses elementos também. Então. é pensar nesse processo de avaliação será um processo da gestão da Universidade da gestão continuada e devolve espaço coletivo. Fortalecer um diálogo que seja construtivo que tenha um fim. Nem assim a gente vai fazer a avaliação simplesmente pra tirar um professor pra. Dirimir um problema individual entre um e outro fazer uma. Avaliação que pensar. Que o professor agiu dessa forma não haveria aula dele não boa. Enfim. Qualquer que seja a questão da avaliação dos docentes e aí pensassem tá beleza mas quais são as condições que se dá pensa. Ter um processo compreensivo de avaliação e de construção vai pensar em encaminhamentos de viabilidade como que a gente pode mudar isso de forma estrutural. A gente pode mudar isso. Onde está o problema. E aí eliminando. Essas formas. Eu acho que. Esse caminho pela gestão pelo coletivo de diversas instâncias de avaliação. é bastante.

**4- Como você acredita que a metodologia de avaliação pode influenciar nas diretrizes educacionais de uma universidade?**

R: Eu acho que essa gente acabou cada chegar de avaliação. Sistêmica. Sistêmicas. Elas. Promovem uma melhoria. Da qualidade local na cidade como um todo. Exatamente porque não suspensas. São às vezes agentes e elas se localizam do indivíduo. E pensam num sistema mais coletivo. De resolução. De problemas. Uma avaliação que é pautada só no idioma inglês. Só não entende muito bem. O fato do. Docente. Ela pode. Colocar. Um problema onde ele não sabe. Então por exemplo se você não tem condições de fazer os três pilares porque não tem uma infraestrutura adequada um tempo dedicado para isso e não se olha para a problemática a maioria vai ficar. Comprometida. Muitas vezes o ensino como a gente fala inglês. E aí a gente avalia o ensino do docente o programa vai ter um docente aí a gente nunca vai resolver o problema porque a gente nunca vai encontrar a fonte do problema. A gente vai estar tendo o seu problema que não é nem então a gente. Esse modelo de avaliação o daquela cá. O problema. O. De evitar é pensar na solução de fato de um jovem. E isso gera uma melhoria sistêmica porque. Vai. Pensar nas condições de trabalho. A gente vai pensar nas condições para pensar. Nessas duas balanças que existem no tempo e nos processos de trabalho. Enfim. A gente. Vai pensar em cada um dos indicadores de qualidade que poderiam estar em disfunção dentro da universidade. Isso gera uma melhoria progressiva incremental. é. Sistêmica para a própria universidade. é um dos indicadores que a gente desenvolveu. Uma campanha. Diária. De. Um indicador é um mecanismo. Chama Custo Aluno Qualidade. é um. Trabalho com educação básica mas nada impede de ser olhado pelo seu superior também. Isso nunca foi feito inclusive sugestões. De livros. De trabalho. Ele olha para cada etapa e modalidade da educação básica e listou uma série de indicadores de insumos. Que compõem a qualidade da educação. Como por exemplo educação infantil rural. O que é próprio da educação infantil. Então a escola tem que ter uma infraestrutura adequada para receber bebês por exemplo creche o número de docentes por aluno condizente. Então por exemplo para a creche são bebês. E o número de uma relação aluno. Docente. Muito menor. A gente tem. Um docente para cinco mais ou menos no máximo bebês. Mas isso é um parâmetro mínimo. De qualidade. Quais são os outros profissionais que têm que ter a escola funcionar. Então as merendeiras enfim. Funcionários dentro da escola auxiliares administrativos diretores coordenadores pedagógicos. Enfim toda essa parte de infraestrutura dos profissionais. A infra estrutura da escola como é que são as salas. Como escolas. Quais são os materiais que têm que ter dentro das salas para bebê BB por exemplo para a creche. Berços brinquedoteca. Enfim. Toda uma estrutura dedicada para aquilo. Como se faz. Para que a escola seja um espaço inclusivo tem que ser adaptada. Sala multifuncional para alunos com deficiência. Enfim tem toda essa parte de infra estrutura das escolas. Aí tem como que a gente vai fazer com que o profissional daquela escola se sinta valorizado esteja. Fazendo o seu trabalho com qualidade. E pensar nessas todos pilares que eu falei. Dos professores. Gestão Pedagógica precisa ter um curso também para isso e como é que se implementa uma gestão pedagógica. Com o bebê. Como é que faz participação de bebês. Tem toda uma perspectiva infantil mas. Quando sai do. Ensino Superior. Para duas etapas e modalidades. Sem. Olhar para os indicadores de qualidade na educação é montar um sistema. De insumos. Que. São os indicadores. De qualidade. A gente faz isso. São. 15 anos de pesquisa. 17 na área. De pesquisa para montar o curso a localidade onde hoje ele está presente na lei do Plano Nacional de Educação. Ele deveria ser implementado mais comuns. Nas escolas. Do Brasil. Mas ele. Deveria ser um parâmetro de qualidade para a educação básica e aí além dele são parâmetros. De qualidade. Como ele. Avalia o custo disso. Ele fala sim a beleza sinais de Educação Infantil responsáveis dos indicadores de qualidade. Quanto custa. Uma escola. E quanto custa por aluno é por que ele chama custo aluno qualidade. Olha o mecanismo de qualidade. De financiamento o MEC calcula financiamento. Pelo financiamento. No caso da educação como são entes federados diferentes que. São responsáveis pela educação básica também de justiça federativa. Então quanto o governo federal tem que complementar para estados e municípios para que eles possam. Ter capacidade financeira técnica para implementar a educação. E ele também é um mecanismo de avaliação. E de controle social. Até. Porque se você tem esses indicadores listados eles estão na legislação eles são oficialmente utilizados. Você consegue saber exatamente. Para onde está indo o recurso. Bem assim e para onde não está indo o dinheiro já bem aplicado. Na escola. E. A gente. Tem essa ideia. De aplicativo de ser um aplicativo ou. Algum mecanismo em que os próprios pais. Os estudantes professores quem sabe a comunidade internacional possa olhar para esses indicadores e fazer essa avaliação. Então pensassem assim. Então deixa ver se na escola tem a infraestrutura adequada e vai ter lá indicadores de infraestrutura. E aí vai saber. Quem é quem. Tem mais qualidade de imagem quebrada ou qualquer coisa assim. Pensei numa coisa mas o material vai uma parte mais subjetiva. Mas. Fazer essa lista. E. Disponibilizar. Informação para que as pessoas possam utilizar. Essa lista. Mas aí de novo. é uma lista. Assim. é um. Mecanismo de qualidade maior e mais abrangente vai muito além de uma avaliação em larga escala. Então. Sim. Isso é um. Salto enorme. No debate sobre a educação básica no Brasil. Em países como esses hoje. Levou adiante. A incidência sobre o mecanismo educativo. E isso pode também servir para ser superior. A gente fez com muita educação básica. Por mais que a gente atue nos dois campos é. Porque a educação básica que ainda tem desafios. Descomunais. De qualidade na educação básica. Mais esse superior também tem desafios de qualidade. Desafios. é que a gente mesmo quer trabalhando aqui. Então. Olhar tem uma lista de indicadores e esses indicadores eles não saíram da nossa cabeça. Eles. Passaram. Por um debate coletivo democrático e envolvendo diversos atores da comunidade internacional. São professores estudantes. Pesquisadores. Como membros de movimentos. Por exemplo que trabalham muito com movimentos do campo para pensar educação do campo. Educação nunca. Falha muitas vezes são eles que sofrem. Mas também. De Educação Básica do Campo. Assim. Foi um processo muito longo de consultas debates. E além. Desses. Debates A gente trabalhou muito com a legislação vigente. Existem. Indicadores já regulados de qualidade. Na educação básica. E. No Conselho Nacional de Educação que em alguns às vezes são lei. Trazem uma leitura 12 2 4 4 2 mil. E 10. Ela prevê que a instituição de ensino no Brasil tem uma biblioteca. E. Aí ela regula o que é que é uma biblioteca. Ela MEC conceitua na legislação. Que ela. é. Para se considerar biblioteca tem que ter um bibliotecário e aí tem que ser um profissional com ensino superior. Acho que essa lei foi publicada a gente já atualizou o CAC incluindo. Todas as instituições de ensino um bibliotecário. Com seu superior. Seu. Acervo de livros tem que ter uma biblioteca. Para se ter qualidade há. Muitos estudos que tratam do assunto. Relativo às vezes os dois conseguem apontar caminhos. Então que não estava na legislação a gente buscou. Estudos. Na comunidade para conseguir suprir. Aí dá para fazer. Superior. Então. Precisa ter. Uma universidade. Para que a gente tenha uma. Qualidade. E esses indicadores. E aí a gente faz uma avaliação sistêmica em que o professor fala. Como uma peça chave. E o estudante também mas ele. Só consegue funcionar. A partir do momento que todo esse processo. Esteja funcionando. E aí. A faxina. Você faz a avaliação e você tem um resultado. Você bem pensar. Quem responsabilizar. E aí está outra discussão. Existe todo um debate no Congresso sobre a Lei de Responsabilidade Educacional que foi tentada a ser implementada. E aí. Porque se mas não responsabilizar ninguém então. Nunca vai pra frente porque não existe. E aí a gente precisa pensar qual o modelo que a gente vai levar gente pra fazer a avaliação. Qual é o fim dela não chega. O. Novo modelo da Lei de Responsabilidade Educacional é meio perverso. Porque por exemplo na educação básica municípios. São responsáveis especialmente com a educação infantil ensino fundamental seja a maior parte da educação básica dado que a pirâmide etária brasileira ainda base é muito muito grande está fazendo a transição agora de base para uma população de crianças e adolescentes. é. Que município que menos arrecada. Menos têm capacidade financeira para exercer essa responsabilidade com educação. Enquanto ele não tiver financiamento adequado. A complementação da União dos estados. Como é que se vai responsabilizar o prefeito por ele não está. Dando vaga em creches. Então essa questão. Do sistema. Precisa pensar e já sabe da área educacional esbarra em algumas injustiças se faz assim porque a gente não tem estrutura federativa. E aí você responsabilizar um indivíduo que está ali na ponta tentando fazer o que dá. Claro que antes. Pode tirar também responsabilidade dos. Prefeitos mas enfim e aí. Depois avaliação quando se vai levar para lugar não. De quem é a responsabilidade. A gente entra em uma outra esfera que você já mencionou também. Da participação. Assim a partir do momento que a universidade passa a fazer um mecanismo de avaliação. Sistêmica é que vai se responsabilizar sem tirar a culpa nem entre aspas por exemplo de um professor que não necessariamente tem as condições. De ensino. Prático de trabalho para fazer o ensino de qualidade e colocar a questão. No lugar de infraestrutura. A responsabilidade recai em outras esferas e aí não necessariamente também. Porque às vezes não tem recurso suficiente para o próprio reitor fazer a gestão daquela universidade. Aí a gente entra. A gente olha percebe não precisa de mais recursos pra isso. Então você vai chegando a um ponto. De. Complexidade. Se a comunidade educacional daquela universidade a comunidade universitária. Consegue enxergar. A partir de uma avaliação que a própria universidade fez que foi participativa democrática. A conclusão é que por exemplo de mais recurso isto gera um movimento de participação. Em toda a universidade. Então sim pode gerar o movimento de professores e estudantes se juntarem para fazer incidência política. E participação em espaços abrangentes de Participação Social fóruns de educação por exemplo Fórum Estadual de Educação existe em São Paulo existe muito pouca participação não só no estadual. A gente tem uma cadeira lá. E são sempre as mesmas discussões. Vai pra frente. O sujeito de direito muitas vezes não estão. Ou estão representados por alguém que não tem essa perspectiva porque não fez essa avaliação. Né. Então assim a participação direta do direito pode fazer mudar as políticas públicas ele faz mudar a realidade. Então assim por isso que eu digo que precisa ser um processo sistêmico democrático porque ele gera outros frutos além da própria melhoria da universidade vem do fim próprio que seria por exemplo. Do ensino dos docentes e qualquer coisa que daí gera um processo de participação maior. Aí sim. Temos espaço. Para todo o processo de que o exercício cidadão. Trabalho político. é um ponto que gera toda uma complexidade se for olhada com essa complexidade e é claro a gente tem que ser pouco ansioso e porque isso demora para construir. é um processo que se não for um processo construído de forma democrática se não for um processo construído com cuidado com olhar com reavaliação do próprio processo. Diálogo e debate que demora isso não é uma raiz. E isso não vai pra frente porque não existe um engajamento. Para aquilo acontecer. Muito do que acontece geralmente é aí pensando nisso ou mais o macro com a publicação de legislação e política porque. Ela é feita de cima para baixo e ela não pega. A gente fala. Que. Há uma política que não vai pegar. Isso é uma das críticas que é a base nacional comum curricular. Ela foi feita de cima para baixo em participação. De escolas do Brasil a gente sabe que. Chegou a assinar você agora tem que começar uma nova fase. Professor. Que você tem que se. Mudou. Aí. Não faz sentido e é. Capaz outros aspectos é uma lei que pega. Geral. Gente. Política Educacional comparada se vê muito. Casos que deram certo não deram certo geralmente porque deram certo levaram muitos anos de construção e tiveram ser. Uma pessoa participativa que envolveu de fato o sujeito de direito. Então assim. Tem que envolver os professores sem que o governo sudanês tem que envolver de forma muito correta.

**5- Quais formas garantem que o ensino seja de qualidade? Existe algum método de acompanhamento?**

R: Bom, sobre sociedade, em relação à universidade, a gente pensa muito né… então falando de pesquisa ne? A gente falou de ensino….e extensão ela é não à toa um dos três pilares, ela precisar parar de ser o pior “capenga”, né? Por quê? O investimento que se faz a universidade é um investimento de todos, através dos impostos e tal, precisa trazer a função social da universidade, e é claro que a pesquisa, ela devolve à sociedade...o ensino devolve parte essa função social, eles cumprem com esse lugar, a pesquisa com o desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento...enfim….é….inovações, ou o próprio para compreender melhor o mundo.

solucionar a problemática, como por exemplo o de ensino a gente fala muito disso né sobre cortes no ensino superior Você fala muito sobre como o corte no ensino superior ele afeta diretamente Educação básica, porque quem vai dar aula da Educação básica são professores que estão sendo formados pelo ensino superior, né? Então assim, todo mundo entende qual é a função da educação básica na sociedade. Então assim, esses dois já devolvem processo de ….cumprem um pouco a função social da universidade, mas o pilar de extensão existe não por acaso porque ele precisa preencher outros caminhos né? Porque tanto a pesquisa, quanto o ensino, eles fazem….cumprem essa função social há médio e longo prazo, só que existem questões atuais...agora que precisam ser resolvida e que a extensão acaba cumprindo um pouco esse papel. Então existem cursinhos, existem projetos de bases sociais, que já vão aplicando metodologias e pesquisas na prática e já vão resolvendo problemas né? Nas comunidades. Então assim...é... esse pilar da extensão ele precisa ser fortalecido também no sentido de, não adianta ter uma universidade que é top de ranking e que não cumpra essa função social, que seja voltada para si mesmo. Então essa devolutiva, né? Você falou de devolutiva.. precisa acontecer, né? Só que aí a gente entra no mesmo problema né? Se a gente tem processo de ranking, em que a pesquisa que é de fator de avaliação das universidades, como é que o professor que é pesquisador, que é o que vai também exercer e se responsabilizar pelos projetos de extensão vai ter tempo e condições de se dedicar à extensão, então é todo o sistema que precisa mudar e de novo a questão problemática de sistemas, não sei se respondi...

**6- Qual a melhor forma da sociedade civil ter uma devolutiva boa em relação às qualidade de ensino?**

R: Isso, é super importante! A gente já vem falando disso, mas de forma mais...é...genérica, justamente, pelo aluno ser um sujeito de direito da Educação né? A educação não se faz sem ele, né? Que é o processo de ensino e aprendizagem, assim como não se faz sem o professor, não se faz sem o aluno...é...o aluno estando no centro do lugar, ele consegue ser, porque ele é tocado por todas essas problemáticas. Então assim, por mais que o docente seja ele também esse...ele sofra com os problemas, ele sofra com a falta de tempo, com o rankeamento, sofra com as faltas de condições de trabalho e etc... é...o sofrimento do próprio docente também impactam no aluno, né? E o contrário, é menos verdadeiro, digamos assim.... então o aluno ele é o que mais tem condições de entender em si mesmo, as problemáticas da universidade, não necessariamente é o que vai ter a maior visão sistêmica, porque geralmente isso fica no lugar de quem tá pensando a política né? Então muitas vezes dá diretorias, na reitoria, deveria pelo meno, né? Então quem tem a visão sistêmica exerce essa função, né? Não é uma função do aluno, mas ele como ele sentir na pele todas as questões relativas às problemáticas da educação, ele precisa ser ouvido...é... assim ele é um o elemento primordial para ser ouvido, é claro que a voz dele é colocada em perspectiva para conseguir entender onde é aquela problemática, né? Então não necessariamente onde aponta o problema, é o problema né? Mas é preciso levar em consideração para onde se está apontando, né? Para conseguir daí eu colocar em perspectiva entender de onde vem consegui solucionar, né? E...enfim, o estudante é a alma viva da universidade, então ele que vai construir esses processos, vai ser um dos balizadores do controle social da universidade, um dos principais balizadores né? muitas vezes é isso, o profissional que deveria estar olhando as problemáticas, às vezes ele tá preso em burocracia, em outras condições que ele não consegue enxergar. E o estudante que tá ali, ele chega novo, não teve contato com essas problemáticas, em diversos olhares, é a maior massa e também em quantidade da universidade né? Então, se tem uma pluralidade maior vinda por parte desses estudantes, que são de áreas diferentes, então eles também olhares diferentes para as problemáticas, então isso é uma riqueza profunda, né? A gente precisa explorar nas avaliações participativas, né? E aí é ele que vai ser o controle porque assim chega se faz avaliação, chega essas problemáticas isso não é resolvido, né? Então o estudante que vai sentir automaticamente... é a falta de mudança né então ele consegue fazer esse sistema de controle e aí é claro, sempre tem que pensar na perspectiva coletiva desse controle né? Perspectiva e claro não é só ele que precisa fazer o controle que muitas vezes, algumas mudanças algumas mudanças de perspectivas são às vezes o nível da gestão, um nível que não tá no nível do estudante, né? E aí é importante que outros também façam um controle para que isso aconteça mas quem vai sentir na base é o estudante e aí a gente entra no outro tema que ela da própria transparência né para a gente conseguir fazer mecanismos de avaliação que sejam efetivos e eficientes né? No bom sentido...a gente precisa ter mecanismos de transparência, por quê é isso que eu tô dizendo que ele vai sentir todos os processos de mudança ou não mudança, mas muitas das vezes ele não vai conseguir verificar onde que é que essa mudança não tá acontecendo, porque às vezes ela parte de processos de gestão, em número da universidade, que não estão...é…. em lugar de transparência. Então precisa também ter processo avaliativo que coloque os resultados, que sejam contínuos, que abram as contas, abram os números da universidade para que esse controle social seja efetivo, se não... se você não das elementos para que os sujeitos façam controle social, a gente não tem controle social, então a transparência também acaba entrando no jogo aí dá importância do estudante como lugar de sujeito social.

**7- Qual é a melhor atitude a se tomar com a avaliação em mãos?**

R: é muito interessante ver. E passar como estudante. Da graduação para a pós graduação. E eu acho que a gente nas universidades deveria ter mais metodologia. Que são aplicadas na pós graduação na graduação. Eu entendo que existe uma diferença de maturidade. Feito. Pessoal nem como acadêmica nas duas áreas mas a provocação que é feita uma pós graduação. Se ela for feita muito mais cedo hoje isso teria resultados melhores. Do ponto de vista sistêmico também não resultados. Ainda. Mais. Porque. Na pós graduação. Sempre. Mostrou. Nas notas finais a média. Das disciplinas. Não só por isso mas. Existe um peso para a participação. Em sala de aula a participação nas leituras a participação. Nos processos. De ensino aprendizagem. Esse peso na nota acaba sendo uma perspectiva de obrigar a participação acontecer porque justamente ela não acontecia. Então existe uma mudança de paradigma e a forma com que se achou. Eu não acho uma boa forma mas enfim. Para suprir essa questão. Mas. Se a gente. Entrar em um processo de fluxo. Dessa graduação acho que antes até no ensino médio de participação em sala de aula. A gente só tem a ganhar em qualidade. Do ensino. Porque. A própria educação é um processo de ensino aprendizagem. Paulo Freire já dizia Ninguém nunca ninguém ninguém nunca se mesmo a causa do. Interesse imediato. Então. Dentro de sala de aula isso precisa acontecer. Porque isso. Quebra. O processo de educação bancária. Que. Passa ao conhecimento de um para o outro. Na verdade se fazia. Se vendia a. E aí esse processo ocorreu. Porque. Ele. Reflete no processo de ensino porque às vezes. O educador ele. Não tem uma visão clara. Do que aqueles alunos podem ir ao portal. Do. Dia onde já. Há. Um processo de conhecimento e de visão de mundo. Aqueles estudantes. Nem conseguem avaliar sua própria aula nem pensar em aulas mais lógicas que. Tenham mais relação com a realidade daqueles. Que portanto fazem. A. Educação fazer sentido. Como a. Metodologia dele é toda baseada. Em. Ensinar. Com base. Na realidade do aluno. Ele falava para ver como. Você vai. Dar uma aula uma alfabetização. Vai começar um pedreiro você não vai escrevê la. Pensando. Em palavras. Que você não vai escrever uma palavra. Você vai. Na ilha escrever uma palavra no quadro que não faz parte da realidade. Isso claro você vai fazer num outro estágio de educação mais apurado se vai escrever pedra desce mais crescimento se vai escrevê la paralelepípedo Fábio não é uma questão de simplificar. é uma questão de trazer à mente da sua própria realidade. E isso será vai fazer muito sentido porque vai ter uma usabilidade prática. E que vai ao conhecimento dele. Isso é uma construção a partir do que você. Tem de realidade e como você vai. Englobando isso. A força política claro para meus filósofos clássicos falavam muito disso. Então. Apaixonadamente. Quando você olha para a sua realidade questiona essa realidade você pode transformar essa realidade. Isso é um processo básico por exemplo da pesquisa científica e da filosofia do conhecimento. Então se a aula descolada disso. E. Não faz sentido. Vai. Fazer sentido. Num sentido. Bem denso dessa palavra. O que interessa semanticamente aquela aula como. Aquela que. Propõe. Incentivos. Que tem não. Haverá aprendizado. Porque não existe um interesse a partir daquilo ou. Esse lugar. De transformação. Do real. A participação. é. Primordial por causa disso. A gente constrói conhecimento. Ele não está porque. Ele é construir grelha construída para. Olhar e usar as mãos várias.

Entrevista com José Carlos Routhen (Especialista em Avaliação do Ensino Superior)

* O que o senhor acha dessa iniciativa de uma plataforma avaliativa de ranqueamento?

R: Se a avaliação tiver o objetivo de ranqueamento por parte do discente, ela seria um mau serviço, pois acabaria criando professores indesejáveis. A partir do momento que você cria um ranqueamento, os docentes são estimulados a criar práticas para serem melhor ranqueados, práticas essas que não necessariamente são virtuosas (as melhores do ponto de vista pedagógico). Você constituiria um tipo de avaliação que molda o professor de acordo com o cliente. Isso seria muito útil em instituições que não têm muita preocupação com a aprendizagem, e sim em manter o aluno nas suas fileiras. Nesse tipo de instituições, o nível de "Ibope" de um professor - como é dito em algumas dessas instituições - chega a ser proporcional ao salário desse profissional.

Outro aspecto importante é que esse processo de avaliação não vai equilibrar o poder entre professor e aluno. O problema nas relações de poder em sala de aula, relações essas que existem e são necessariamente assimétricas, seria se constituíssem uma dinâmica autoritária e abusiva. Quanto aos mecanismos de repressão para relações de poder abusivas, esses partem por outros campos que não a avaliação, que seria ineficaz para controlar o poder do professor dentro da sala de aula.

Então quais seriam esses mecanismos? O próprio movimento estudantil, com suas representações, ou se a instituição em questão também partilhar dessa preocupação, as ouvidorias, que podem captar denúncias para efetivamente atuar no sentido de reprimir esse tipo de comportamento.

No mais, dizemos que a avaliação do estudante quanto ao trabalho do docente não é uma avaliação, é uma percepção do processo de ensino aprendizagem. É como que o aluno percebe o processo de aprendizagem: se as provas estão elaboradas de forma adequada, se o conteúdo está sendo bem explicado, se o professor usa práticas diversificadas, se ele é pontual etc. Ou seja, vários quesitos que podem levar tanto o docente a melhorar sua prática quanto a própria instituição a promover determinadas ações. Por exemplo, se em uma dessas avaliações foi identificado que as aulas estão extremamente teóricas e não têm uma relação fidedigna com a realidade, esse seria uma questão que poderia vir a ser resolvida pela coordenação de curso.

* O senhor teria alguma indicação??

R: O próprio questionário da UFSCAR, que vocês podem obter através do site da CPA.

No entanto este questionário seria muito mais amplo do que vocês estão demandando aí. Nele tem tanto questões relativas ao corpo docente em si, quanto a universidade e sua infraestrutura, assim vocês teriam que selecionar as questões pertinentes à sua avaliação, que creio, daria por volta de umas 10 ou 15.

* Mas fugindo um pouco da questão da avaliação em si e entrando na sua relação com o controle e a participação social, gostaríamos de saber de que maneira a universidade, ou o professor como servidor público, deve realizar a prestação de contas do serviço financiado pela sociedade, e como a avaliação colabora com essa iniciativa??

R: É complexo presumir que a partir da avaliação docente pode-se dizer que há um efetivo retorno à sociedade. Não é interessante ao cidadão o desempenho de um professor da USP, isso serviria muito mais para a formação de um bom egresso do que para informar a sociedade. Essas questões seriam mais úteis à gestão interna, já que a externalidade positiva causada é muito indireta.

* Outra coisa que estávamos pensando é se haveria certos indicadores, como os de evasão, que seriam importantes ter em mãos na hora de avaliar esse processo de prestação de contas??

R: Todos esses indicadores de avaliação são extremamente complexos. Um estudante de Sistemas de Informação na EACH que consegue uma transferência para o curso de Engenharia da Computação na Poli, evadiu ou não?? É tudo muito complexo e difícil de se mapear. No entanto essas taxas são de grande se bem mapeadas e explicadas, e aí que está o desafio. Normalmente quando se trabalha com Accountability as pessoas costumam avaliar muito mais os produtos, mas no caso de vocês é uma avaliação de processos, que é muito mais útil na hora de avaliar a universidade para uma futura melhoria interna, mas se você quer mostrar a sociedade se está gastando o dinheiro de forma adequada, está mais ligado à avaliação de produtos.

* O desempenho do aluno enquanto graduando da universidade é parte de qual indicador??

R: De um indicador de processo, não de produto. Os indicadores de produto, neste caso, são mais as avaliações finais de conteúdo. Se você pegar o Ranking Universitário da Folha - RUF por exemplo, ele trabalha quase que totalmente com indicadores de produto, como é o caso do índice de absorção ao mercado de trabalho.

* Qual você acha que é a possibilidade de formatarmos uma ferramenta de qualidade para o ensino superior no geral, tanto público quanto privado??

R: Se vocês estão pensando na ferramenta, algumas questões são clássicas. Se vocês pesquisarem formulários bases, notarão elas vão estar retratadas em quase todos e serão, consequentemente, importantes para todas as instituições em alguma medida.

No entanto as instituições também têm as suas próprias culturas, o que vai impactar no peso que elas darão para determinadas questões. Assim, minha sugestão é que além das questões clássicas, vocês também abram um espaço na ferramenta em que as pessoas possam inserir questões relacionadas especificamente a cultura das suas instituição.

* Após a apresentação da nossa idéia e com base em tudo que conversamos nessa entrevista, o senhor tem em vista algum ponto que acha que deveríamos nos atentar, ou alguma outra observação que ache pertinente??

R: Talvez uma atenção maior ao trabalho desses grandes eixos, que são a questão do relacionamento, da didática, as questões relacionadas à ética e ao espírito crítico seja demandado.Ou seja visando mais as questões relacionadas ao ensino em detrimento das questões relacionadas à pesquisa e extensão.

* Neste caso, você acha que essas questões ficariam melhor distribuídas em avaliações separadas??

R: No fundo elas são questões meio separadas. As questões relacionadas à pesquisa e extensão são mais pertinentes na hora de se avaliar a unidade do curso, na hora que você puxa a unidade do docente para avaliar questões relacionadas a pesquisa por parte do aluno, fica mais complicado, porque esse aluno muitas vezes não tem condição de avaliar a atuação docente de um professor na parte da pesquisa. Agora se vocês pegarem como avaliadores os orientandos desses professores, já fica mais viável. O aluno da graduação em si poderia avaliar os processos de orientação, por exemplo, como o professor orienta a iniciação científica e o TCC? E já é bem difícil estipular indicadores para avaliar uma orientação. Um professor orienta por ano 2 ou 3 alunos de TCC, e fazer uma avaliação estatística com base em 3 alunos gera uma amostra muito pequena. Então ao menos ao se avaliar a pesquisa no geral, seria mais interessante vinculá-la ao curso ao invés do docente.